

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: UM ESTUDO SOBRE A EVASÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Autor: Severino Ramos da Silva Júnior

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é o de verificar a forma como a secretaria de educação de determinado município controla e viabiliza soluções em relação à evasão escolar dos alunos da rede pública de ensino. Este estudo aborda construtos tais como: políticas públicas educacionais; evasão escolar; LDB; conselho tutelar; com o propósito de apresentar um maior embasamento para o andamento e conclusão deste artigo. Houve pesquisa qualitativa com questionários semiestruturados junto com uma gestora escolar municipal, um conselheiro tutelar, e o secretário de educação da cidade de Bezerros, no estado de Pernambuco. Esta pesquisa vai abordar as frequentes causas do abandono escolar, as ações e políticas públicas educacionais realizadas pela secretaria de educação municipal, e a participação das escolas e do conselho tutelar e também da própria família do estudante para a minimização da evasão escolar.

1. Introdução

De acordo com Borjas e Martins (2014), nos dias atuais a evasão escolar tem sido campo de estudo para diversos pesquisadores, ocupando espaço relevante no cenário das políticas públicas. As discussões em torno dessa problemática têm tomado como ponto central do debate, tanto o papel da família, quanto da própria escola, que está relacionado à situação educacional do aluno.

Freitas (2007) ressalta que a evasão escolar tem se tornado um assunto latente dentro das secretarias escolares e estabelecimentos educacionais, que, por diversos motivos, não conseguem minimizar os índices de desistências e fugas dos discentes nas instituições de ensino.

Conforme cita Cabral (2017) existem diversos fatores que podem influenciar no agravamento em relação à evasão escolar. Duas abordagens merecem destaques, a primeira é em relação a fatores externos da escola, tais como a desigualdade social, a relação familiar e as drogas; a segunda abordagem está relacionada a fatores internos da instituição, que estão ligados à própria escola, na linguagem e no professor.

De acordo com o *art. 2º* da LDB (lei de diretrizes e bases da educação) a educação é dever da família e do estado, e tem como objetivo o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para exercer a cidadania, e sua qualificação para o mercado de trabalho.

Desse modo é necessário que, além da família, o estado promova políticas públicas com o objetivo de proporcionar melhorias no âmbito da educação, a fim de uma maior promoção educacional, tanto no que diz respeito ao ingresso do aluno, quanto na permanência deste.

Tomando essas informações como ponto de partida, é de grande importância uma maior participação dos gestores públicos, e nesse caso, pode-se citar a secretaria de educação

municipal, nas ações que visem identificar os atuais problemas, assim como, investigar, realizar reuniões com os atores envolvidos, e planejar formas de enfrentar os problemas em questão, que estão maximizando a evasão dos discentes das escolas públicas.

Esta pesquisa nasce do seguinte questionamento: de que forma a secretaria de educação do município de Bezerros no estado de Pernambuco controla e articula possíveis melhorias em relação à evasão de alunos nas escolas públicas?

Com isso, este estudo tem como objetivo central verificar a forma como a secretaria de educação de determinado município controla e viabiliza soluções em relação à evasão dos alunos da rede pública de ensino; e tem com base alguns objetivos específicos, tais como: analisar as diversas literaturas pertinentes que servirão como base para o estudo proposto; identificar as causas mais frequentes em relação ao abandono escolar no município; verificar os tipos de soluções que a secretaria de educação municipal institui para melhoria da educação escolar; entender qual o tipo de política pública está sendo utilizado para minimizar a evasão escolar; compreender como o conselho tutelar participa das políticas públicas na educação.

Diante do exposto, torna-se uma sugestão, a fim de minimizar o problema, uma maior participação dos atores envolvidos, tais como a direção das escolas municipais, o secretário de educação, a participação do conselho tutelar, com o objetivo de identificar as causas que levam à evasão escolar, propondo formas de minimizar o abandono escolar.

Esta pesquisa estará estruturada da seguinte forma: 1) introdução; 2) referencial teórico, 3) metodologia; 4) resultados; 5) conclusões.

2. Referencial Teórico.

2.1 Evasão escolar

Assim como ressalta Bica (2013) o fracasso escolar, relacionado à evasão dos alunos, tem sido um tema bastante pesquisado entre os estudiosos da área da educação. É sabido que se trata de um problema que se estende desde o início da história da educação brasileira até os dias atuais. O número de crianças, jovens e adultos fora das escolas continua elevado.

De acordo com Riffel e Malacarte (1996) a evasão escolar não deve ser pensada de forma isolada. É um processo que é influenciado por diversos fatores que se somam, e por isso deve-se buscar compreender esse processo em sua complexa dimensão, analisando os números e a história por trás deles, que são os problemas que propiciam o abandono escolar.

Para Bica (2013) a temática que envolve a evasão escolar tem sido um dos maiores desafios afrontados pela rede de ensino público, pois os motivos e as consequências estão relacionados a fatores sociais, culturais, políticos e econômicos.

Borja (2012) acredita que a evasão escolar, assim como o analfabetismo e a desvalorização em relação aos profissionais da educação, não são problemas que se restringem às instituições escolares, são, diante de qualquer coisa, problemas nacionais que vêm ocupando relevante espaço nas discussões e pesquisas educacionais no Brasil.

Para Batista, Souza e Oliveira (2009) existem diversos motivos para que haja um alto índice de alunos fora das salas de aulas. Dentre eles, podem ser destacados os fatores internos, que estão relacionados com o desenvolvimento psíquico do aluno, e os fatores externos que estão associados a questões socioeconômicas, ou seja, muitas vezes os jovens se veem impelidos a abandonar os estudos para que possam trabalhar e poder ajudar nas despesas familiares.

Filho e Araújo (2017), em suas pesquisas, concordam que existem fatores externos e internos que propiciam o abandono escolar. Fatores como: drogas, reprovações sucessivas, falta de incentivo da família e da própria escola, necessidade de trabalhar e ajudar a família, excesso de conteúdo escolar, localização da escola, alcoolismo, vandalismos, falta de formação dos valores e preparo para o trabalho, dentre outros fatores condicionantes.

A escola tem um papel responsável pelo sucesso ou insucesso do discente em sala de aula, pois os jovens perdem rapidamente o interesse pelos estudos no ensino médio. A evasão escolar representa um processo bastante complexo, dinâmico e cumulativo da saída do estudante do mundo escolar. (FILHO; ARAÚJO, 2017).

Conforme Borja (2012) a escola, a fim de cumprir o seu papel, deve adaptar-se à diversidade do discente que a frequenta, uma vez que essa é uma exigência imposta pela própria sociedade. Cada estudante é um indivíduo diferente dos outros, e a sua origem socioeconômica e cultural acaba influenciando a forma de ser e de estar.

Ainda de acordo com Borja (2012) a escola precisa ser capaz de identificar e prevenir situações que podem levar o aluno à desistência ou a segregação escolar, sobretudo daqueles alunos que são provenientes dos meios sociais mais problemáticos, uma vez, que estes, na maioria dos casos, são os que manifestam desinteresse, mau comportamento e agressividade.

2.2 Políticas públicas

Assim como relata Oliveira (2012), política pública é uma expressão que busca definir um campo específico da política.

Política é uma palavra que vem de origem grega, *politikó*, que exprime a condição de participação do indivíduo que é livre em suas decisões sobre os rumos da cidade, ou seja, a *pólis*. A palavra *pública* é de origem latina, e significa povo, ou seja, do povo.

Ainda de acordo com Oliveira (2012), do ponto de vista etimológico, a política pública refere-se à participação da sociedade nas decisões da cidade. Mas essa participação, durante sua história, assume feições distintas, no tempo e no lugar, que pode ter acontecido de forma direta ou indireta, por representação. De qualquer forma, um agente sempre foi essencial para o acontecimento da política pública, esse agente seria o Estado.

Saravia e Ferrarezi (2006) apontam a política pública como estratégia para diversas finalidades, todas elas, de certo modo, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório.

Para Souza (2002) as definições atribuídas pelos diversos autores e pesquisadores de políticas públicas, assumem, de forma geral, uma visão holística em relação ao tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, ideologias, interações e interesses contam, ainda mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa desses fatores.

Com isso, Souza (2002) resume a definição de políticas públicas como o campo do conhecimento que busca, de forma concomitante, colocar o governo em ação e buscar analisar essa ação, e quando for necessário, sugerir alterações no rumo dessas ações. Dessa forma, o processo de geração de políticas públicas é aquele através do qual os governos deixam claros os seus propósitos em forma de programas e ações, que, conseqüentemente, produzirão resultados que poderão beneficiar e propiciar mudanças no mundo real.

Políticas públicas educacionais, conforme Oliveira (2012) é tudo aquilo que o governo busca realizar ou não em prol da educação através das políticas públicas. O autor ainda ressalta que a área da educação é muito ampla para que possa se tratar de políticas

educacionais. Portanto, isso quer dizer, que políticas públicas educacionais são um foco mais específico do tratamento da educação, que de forma geral se aplica às questões escolares.

2.3 Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) e conselho tutelar

A LDB é um importante instrumento em forma de lei que regulamenta o sistema educacional, tanto na rede pública quanto na rede privada, do ensino básico até o ensino superior. Por isso faz-se necessário destacar neste estudo a sua essência no plano de uma educação eficaz.

De acordo com a lei 9.394/96 (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seus *arts. 1º e 2º*, a educação abrange os processos formativos que são desenvolvidos na convivência familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A educação, que é dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem como objetivo o pleno desenvolvimento do aluno, assim como o seu preparo para o desenvolvimento e exercício da cidadania, e sua qualificação para o mercado de trabalho.

O conselho tutelar é um importante órgão do estado que tem a responsabilidade de agir em prol dos direitos da criança e do adolescente. Esse importante órgão irá atuar de acordo com a lei 8.069/90 (estatuto da criança e do adolescente), e conforme essa lei, em seu *art. 53*, a criança e o adolescente têm direito à educação, com o propósito de atingir o seu desenvolvimento, o preparo para exercer a cidadania e a qualificação para o trabalho, assegurando-lhes direitos, a exemplo: igualdade de condições de acesso e permanência na escola; direito de ser respeitado por seus educadores; acesso à escola pública e gratuita mais próxima de sua residência; dentre outros direitos.

De acordo com a lei 8.069/90, é dever do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, dentre outros direitos: ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que tiveram acesso na idade correta; oferta de ensino noturno regular, para o adolescente que trabalha; atendimento educacional especializado a pessoas portadoras de deficiência, de preferência no ensino regular médio, entre outros direitos que constam na lei.

3. Metodologia

Este estudo possui abordagem qualitativa, pois como ressaltam Gerhardt e Silveira (2009), os pesquisadores que utilizam esse tipo de abordagem em suas pesquisas buscam explicar o porquê das coisas, explicitando o que convém a ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas, nem se submetem às provas de fato, porque os dados analisados são não métricos, ou seja, dados que qualificam características, propriedades, atributos ou categorias que descrevem o sujeito ou objeto.

Esta pesquisa tem caráter exploratório e descritivo, que de acordo com Prodanov e Freitas (2013), é exploratório porque visa proporcionar um contato mais próximo com o problema, ou seja, busca uma maior familiaridade com a situação que se deseja pesquisar, tornando ele explícito ou gerando hipóteses sobre ele, e descritivo porque expõe as características de uma determinada população ou de um fenômeno, que exige técnicas padronizadas para a coleta de dados.

Será utilizada a técnica de entrevista, que de acordo com Marconi e Lakatos (2017), trata-se de um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas, com a conversação, consigam informações em relação a determinado assunto. É um procedimento bastante

utilizado em investigações sociais, para a coleta de dados, ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Com isso, será realizada uma entrevista com o secretário municipal de educação, com o gestor ou coordenador de uma determinada escola municipal da cidade de Bezerros-Pernambuco, e com um dos integrantes do conselho tutelar do referido município, a fim de, por meio de uma entrevista, coletar dados que possam compor esta pesquisa viabilizando respostas para o problema exposto.

Para o alcance das informações pertinentes a esta pesquisa foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, que de acordo com Boni e Quaresma (2005), combinam perguntas fechadas e abertas onde o informante consegue discorrer sobre o tema proposto, o pesquisador deve seguir o conjunto de questões pré-estabelecidas em um ambiente semelhante ao contexto de uma conversa informal.

O entrevistador deve ficar atento para guiar, no momento que achar adequado, a discussão para o assunto que interessa fazendo perguntas adicionais a fim de esclarecer algumas questões que não tenham ficado claro, caso o informante tenha fugido do tema ou não compreendido a pergunta. (BONI E QUARESMA, 2005).

4. Resultados

o O que diz a diretoria/coordenação de uma determinada escola municipal

Em uma entrevista com uma das gestoras de uma determinada escola municipal (escola municipal Isaura Fernandes Vieira), localizada na cidade de Bezerros-Pernambuco, foi questionado sobre as possíveis causas para o abandono escolar, a gestora afirmou o seguinte:

*“... O maior problema de acontecer esse abandono escolar é a estrutura familiar, onde a maioria dos pais se separa. Outro motivo de acontecer esse abandono é o desequilíbrio econômico, onde os moradores não têm condições financeiras de permanecer muito tempo no mesmo lugar.”
(GESTORA, 2018).*

É importante ressaltar que fatores como condições financeiras precárias ou desequilíbrio econômico, ou falta de estrutura familiar têm sido causas frequentes para a evasão escolar, por isso a escola junto com os seus gestores e demais colaboradores precisam elaborar métodos que viabilizem a permanência do aluno dentro das salas de aula.

Por isso foi questionado a forma como a escola tem trabalhado a fim de que os estudantes não desistam de estudar, ou sintam-se desestimulados pelo ensino. A gestora afirmou o seguinte:

*“Em nossa instituição buscamos estabelecer segurança aos pais, mostrando a qualidade de ensino, aprendizagem e convívio escolar. Uma das formas para garantir a permanência das crianças é sempre buscar a parceria da comunidade escolar e sua presença nas atividades exercidas na entidade.”
(GESTORA, 2018).*

Diante do exposto, é perceptível que há uma preocupação por parte dos gestores a fim de estimular os alunos e pais com o objetivo de manter os estudantes dentro das salas de aula.

Por último foi questionado a forma como os gestores se comunicam com as famílias dos alunos faltosos, a fim de buscar respostas para tais ausências. A gestora afirmou:

“Ao observar faltas constantes da criança, ligamos para os pais para saber por qual motivo a criança está faltando. Então é quando eles nos respondem que não moram mais no mesmo local, e que não conseguiu avisar a escola sua mudança.” (GESTORA, 2018).

Diante disso, torna-se claro o papel do gestor dentro das escolas a fim de buscar criar métodos e proporcionar meios de manter os jovens e adolescentes nas salas de aula. A comunicação torna-se essencial.

Nos casos de faltas constantes, é importante que o gestor procure entender os motivos das ausências dos estudantes, e que possam, de fato, trazer o aluno para a escola, com o objetivo de minimizar a evasão escolar, e proporcionar uma educação eficaz para todos.

○ ***O que diz o conselho tutelar***

Em uma entrevista com um dos integrantes do conselho tutelar, da cidade de Bezerros-Pernambuco, foi feito um questionamento sobre a forma de participação do conselho tutelar do município em relação à formação educacional dos jovens. O conselheiro afirmou o seguinte:

“Participamos buscando garantir o acesso à formação educacional, tendo como uma de nossas prioridades garantir o acesso das crianças e adolescentes ao que estes tem direito e sendo a educação um direito fundamental, o C.T (Conselho Tutelar) busca a inserção deste público em escolas através de REQUISICÕES DE SERVIÇOS quando somos procurados por familiares ou equiparados que alegam não conseguir realizar matrículas. E quando a criança/adolescente é oriundo de outro município e não está com a documentação da escola anterior, nos articulamos para providenciar em parceria com outros conselhos.”(CONSELHEIRO TUTELAR, 2018).

De acordo com a fala do entrevistado, o conselho tutelar possui grande importância no processo de formação educacional dos jovens e adolescentes nas escolas municipais. Atua como uma ponte entre a escola e a família do estudante, com o intuito de garantir o acesso à educação. Foi questionado também se o conselho tutelar fiscaliza e controla a permanência do adolescente em sala de aula, o conselheiro tutelar deu a seguinte resposta:

“O C.T (conselho tutelar) não é propriamente um órgão de fiscalização e controle, trabalhamos em parcerias com todos os

órgãos municipais e a escola é um deles. A escola faz esse controle, e, quando esgotadas as suas possibilidades entram em contato conosco e repassam os dados de alunos faltosos/desistentes e seus dados. Daí por diante fazemos uma busca pelos mesmos e verificamos os motivos e buscamos reverter o quadro.” (CONSELHEIRO TUTELAR, 2018).

De acordo com a fala do conselheiro tutelar, é possível entender que o conselho não é um órgão que presta um serviço de controle e fiscalização propriamente dito. Quem faz o controle dos jovens e adolescentes, conforme citado em entrevista, é a própria escola.

O gestor escolar deverá propor medidas cabíveis na tentativa de sanar o problema, e caso não haja sucesso, quando não houver mais possibilidades, o gestor irá entrar em contato com o conselho tutelar para que a instituição entre em contato com a família do jovem/adolescente a fim de verificar os motivos das faltas e evasão escolar.

Quando questionado sobre a forma de contato com os pais dos estudantes, o conselheiro tutelar afirmou o seguinte:

“Após recebermos essas informações (sobre a evasão escolar) o nosso dever é contatar os pais ou responsáveis. Quando se trata de crianças, muitas vezes a falta se dá por falta de responsabilidade dos pais, outros alegam suas poucas condições e necessidade de trabalhar o que leva inclusive a outro problema, o trabalho infantil. Quanto aos adolescentes, muitos alegam que o filho é que não quer mais estudar porque prefere trabalhar ou porque não quer fazer nada mesmo. Quando não resolvida a situação são dados os devidos encaminhamentos para áreas como saúde, assistência social, Centros de Referências e Ministério Público.” (CONSELHEIRO TUTELAR, 2018).

Essa fala do entrevistado pode estar relacionada ao que Batista, Souza e Oliveira (2009) abordam, ou seja, que existem diversos motivos para que haja um alto índice de alunos fora das salas de aulas. E um desses motivos está relacionado com fatores externos, assim como questões socioeconômicas, onde, muitas vezes, os jovens se veem obrigados a abandonar os estudos para que possam trabalhar e assim poder ajudar nas despesas familiares.

Alguns casos, não resolvidos pelo conselho tutelar, e que constituem infração administrativa ou penal contra os direitos dos jovens e adolescentes são encaminhados imediatamente para órgãos competentes que poderão tomar medidas eficazes a fim de uma solução viável, tais como centros de referências, Ministério público.

E por fim, quando questionado sobre a forma de comunicação entre os diretores e gestores das escolas (municipais) e o secretário municipal de educação, a fim de buscar informações sobre o comportamento dos estudantes, o conselheiro tutelar afirmou o seguinte:

“A comunicação acontece muitas vezes de forma direta e pessoal, também acontecem reuniões e troca de informações via ofícios e relatórios.” (CONSELHEIRO TUTELAR, 2018).

Conforme a fala do entrevistado, o gestor escolar junto com o secretário e o conselho tutelar realizam reuniões e/ou comunicam-se por diversas formas, a fim de que todas as partes fiquem cientes do que está acontecendo, com o objetivo de buscar sanar o problema latente.

Com base no exposto, é perceptível a grande importância que o conselho tutelar possui no município, a fim de defender os direitos dos jovens e dos adolescentes, servindo com uma “ponte” entre a escola e a família do estudante.

o ***O que diz a secretaria de educação***

Em entrevista realizada com o secretário de educação do município de Bezerros, no estado de Pernambuco, foram tratados alguns questionamentos pertinentes a este estudo, das quais versaram sobre políticas públicas na educação.

Quando questionado sobre as causas mais frequentes em relação à evasão escolar nas escolas municipais, o secretário de educação afirmou o seguinte:

“As causas mais frequentes do abandono escolar estão voltadas para o envolvimento dos educandos com as drogas e a desestrutura familiar.” (SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, 2018).

O envolvimento com as drogas tem tirado muitos jovens das salas de aula, e como citado na entrevista com o secretário de educação, a falta de estrutura familiar pode ser uma das causas que propiciam o surgimento de tais problemas, acarretando o abandono escolar.

E de acordo com a lei 9.394/96 (LDB) e também com a constituição de 1988, a educação é dever do estado e da família também, desse modo, torna-se, de fato, obrigatório, uma maior participação da família na construção educacional dos seus filhos, reavaliando atitudes que podem estar prejudicando o progresso social e educacional do jovem.

O secretário de educação, quando questionado sobre a forma de controle em relação aos jovens que possuem diversas faltas nas escolas municipais e em casos de abandono escolar, afirmou o seguinte:

“Através de visita domiciliar, identificando as causas da ausência e acionando o Conselho Tutelar.” (SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, 2018).

Conforme o secretário municipal de educação, existe a necessidade de realizar visitas domiciliares a fim de, por meio de conversas com a própria família do educando, identificar os motivos das ausências dos jovens nas escolas. É o próprio conselho tutelar quem participa dessas visitas. A secretaria precisa acionar o conselho para que o mesmo dirija-se até a residência do estudante para que possa tentar resolver o problema da melhor forma possível.

Quando perguntado sobre a realização de políticas públicas educacionais com o objetivo de minimizar a evasão escolar, o secretário de educação afirmou o seguinte:

“Parcerias com as Secretarias de Desenvolvimento Social e Secretaria de Saúde. Onde as mesmas, realizam visitas domiciliares através de seus agentes e do CRAS.

- *Palestras ministradas nas unidades escolares;*
- *Acompanhamento dos psicanalistas com as famílias;*
- *Parceria com o Ministério Público, Casa de Passagem, Conselho Tutelar e COMDICA.” (SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, 2018)*

Conforme exposto pelo secretário, uma das formas de minimizar o abandono escolar tem sido a de proporcionar palestras nas unidades escolares, que trabalhem temas voltados para os jovens e situações vivenciadas na atualidade, como as drogas, o trabalho infantil, doenças sexualmente transmissíveis, dentre outros temas de grande relevância para os jovens/adolescentes e sociedade.

Também realizam acompanhamento de psicanalistas com as famílias, como o objetivo de identificar problemas atuais, dar conselhos, entre outros.

A secretaria de educação, de acordo com o seu secretário, possui parcerias com diversas instituições, que podem ajudar a combater a evasão escolar, tais como: a secretaria de desenvolvimento social e secretaria de saúde, que trabalham realizando visitas a famílias que passam por problemas com os seus filhos; possuem parcerias com o CRAS (centro de referência de assistência social), que vai atuar em localidades que possuem uma maior vulnerabilidade social, oferecendo serviços de assistência social, com o intuito de fortalecer a convivência com a família e a sociedade.

De acordo com o secretário de educação, a secretaria tem promovido algumas ações com o objetivo de tornar o ambiente escolar mais harmonioso e prazeroso para os alunos. O secretário afirmou o seguinte:

“Oferecemos uma educação voltada para a valorização profissional; revitalização dos espaços escolares e alimentação com acompanhamento nutricional. Tornando assim, o ambiente escolar prazeroso e atrativo.” (SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, 2018).

Diante disso, é perceptível a importância dessas ações a fim de estimular os alunos a permanecerem nas salas de aulas. É bastante importante que haja altos quantitativos de alunos matriculados nas escolas, mas é mais importante ainda que esses alunos permaneçam estudando durante todo o ano letivo e nos próximos anos até a finalização do curso. E para isso, a secretaria de educação da cidade de Bezerros tem debatido e oferecido ações que estimulem os jovens e adolescentes a continuarem nas escolas.

Por fim, foi questionado se essas ações têm surtido efeitos, se têm minimizado o abandono escolar, o secretário de educação afirma o seguinte:

“De forma positiva. As famílias são acompanhadas pelos órgãos responsáveis e os educandos retornam ao ambiente escolar.” (SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, 2018).

Mediante o que foi exposto, é trabalhada, neste estudo, a importância das políticas públicas na educação em casos tão frequentes como o abandono escolar, e que se houver uma maior preocupação e mais ações a fim de minimizar essa problemática, as escolas, as famílias, a sociedade, os jovens e adolescentes, não sofrerão tantas consequências devido à evasão escolar, que tem sido tão preocupante nos dias atuais.

Por esse motivo é importante que os atores envolvidos nessa política pública educacional estejam sempre se comunicando e buscando, em conjunto, e de forma unida, por meio das políticas públicas educacionais, métodos que estimulem os jovens e adolescentes a permanecerem nas salas de aula, e minimizando cada vez mais a evasão escolar.

3. Conclusões

Este estudo teve como objetivo central verificar a forma como a secretaria de educação de determinado município controla e viabiliza soluções em relação à evasão dos alunos da rede pública de ensino.

O estudo em questão visitou alguns construtos (políticas públicas educacionais, evasão escolar, LDB, conselho tutelar) a fim de ser base sólida para os resultados, onde teve sua fundamental importância.

A pesquisa aconteceu por meio de questionários semiestruturados, e, obtendo-se as respostas devidas, foram analisadas e extraído o suficiente para entendimento das questões propostas no início da pesquisa.

Foi possível perceber, nesta pesquisa, que as causas do abandono escolar estão relacionadas com a falta de estrutura familiar, questões socioeconômicas, com as drogas, dentre outros não citados pelos entrevistados.

Diante deste estudo foi possível compreender a importância das políticas públicas no contexto da educação, uma vez que a evasão escolar ainda tem sido crescente nesse meio. De acordo com os resultados deste estudo foi possível perceber que a secretaria de educação municipal da cidade de Bezerros, tem se preocupado e elaborado ações a fim de viabilizar a permanência dos jovens e adolescentes em sala de aula.

A secretaria de educação municipal busca realizar ações como: palestra sobre temas atuais, educação voltada para a profissionalização do aluno, acompanhamentos psicológicos, entre outras ações.

Um dos pontos importantes deste estudo é a participação de outros atores, assim como o conselho tutelar, os gestores escolares, o secretário de educação, o CRAS, entre outras instituições que buscam solucionar os diversos problemas que envolvem os jovens e adolescentes e a educação.

Este estudo é de fundamental importância para que se possa entender o quanto tem sido latente o abandono escolar por parte dos jovens e adolescentes, e que existem diversas causas que colaboram para a saída prematura desses alunos do ambiente escolar. E o quanto é importante a participação dos gestores escolar, do secretário de educação municipal, do conselho tutelar, e da própria família do aluno para a formação positiva dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BATISTA, S. D., SOUZA, A. M., OLIVEIRA, J. M. S. A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DE CASO. Revista Profissão Docente, Uberaba, v.9, n.19, 2009
www.uniube.br/propep/mestrado/revista/ ÚLTIMO Acesso em: 11/05/2018.

BICA, Carla Maria de Araújo. Evasão escolar: os comprometimentos da má qualidade da escola.

APEOC, 2013. Disponível em:

https://apeoc.org.br/extra/artigos_cientificos/ARTIGO_CARLA_BICA_evasao_escolar.pdf

ÚLTIMO Acesso

em: 11/05/2018.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em ciências sociais.

Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BORJA, I. M. F. S. Evasão escolar no ensino fundamental: a concepção de egressos do PROJOVEM

urbano em Cormópolis/SE- um estudo de caso. (Trabalho de conclusão de curso) Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia – Instituto de Educação, 2012.

BORJA, I. M. F. S.; MARTINS, A. M. O. Evasão escolar: desigualdade e exclusão social. Revista

Liberato, Novo Hamburgo, v. 15, n. 23, p. 01-104, jan./jun. 2014. Disponível em:

http://www.liberato.com.br/sites/default/files/arquivos/Revista_SIER/v.%2015%2C%20n.%2023%20%2820

[14%29%2F09.%20Evas%20E3o%20Escolar.pdf](http://www.liberato.com.br/sites/default/files/arquivos/Revista_SIER/v.%2015%2C%20n.%2023%20%282014%29%2F09.%20Evas%20E3o%20Escolar.pdf) Acesso em: 07/05/2018.

CABRAL, C. G. L. Evasão escolar: o que a escola tem a ver com isso? UNIEDU, 2017. Disponível em:

<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Carine.pdf> Acesso em 11/05/2018.

FILHO, R. B. S.; ARAÚJO, R. M. L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jun. 2017.

Disponível

em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/download/24527/15729>

Acesso em: 18/05/2018.

FREITAS, A. L. G. O resgate social e o combate à evasão escolar por meio do esporte. Brasília, 18 de agosto de 2007. Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília. Centro de Ensino a Distância, 2007. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ceme/uploads/1381975927-Monografia_Adelaide_Lourenca.pdf Acesso em: 07/05/2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 1º edição. 2009.

LEI 8069/90 ECA Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm Acesso em 07/05/2018.

LEI 9394/90 LDB Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm. Acesso em 07/05/2018.

MARCONI, M. A. M., LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 8 ed. [2. Reimpr.] São Paulo: Atlas, 2017.

OLIVEIRA, A. F. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: conceito e contextualização numa perspectiva didática. 2012. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf> Acesso em: 12/05/2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIFFEL, S. M.; MALACARNE, V. Evasão escolar no ensino médio: o caso do colégio estadual Santo Agostinho no Município de Palotina- PR. 1996. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1996-8.pdf>. Acesso em: 19/05/2018.

SARAVIA, E., FERRAREZI, E. Políticas públicas: coletânea . Brasília, ENAP, 2006. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3132/1/Coletanea_pp_v1.pdf Acesso em 12/05/2018.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas. Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães, em dezembro de 2002. Disponível em:



<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf> Acesso em: 21/05/2018.